



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO CONSUMO
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS DO CONSUMO

CAMILLY SANTOS LOPES DE ALMEIDA

**RELATÓRIO FINAL DE MONITORIA DA DISCIPLINA SEGURANÇA ALIMENTAR
NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL**

Recife
2026

CAMILLY SANTOS LOPES DE ALMEIDA

**RELATÓRIO FINAL DE MONITORIA DA DISCIPLINA SEGURANÇA ALIMENTAR
NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Bacharelado em Ciências do Consumo da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências do Consumo.

Orientador: Marcony Edson da Silva Júnior

Recife

2026

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação Sistema Integrado de Bibliotecas da
UFRPE Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

A447s Almeida, Camilly Santos Lopes de.
Segurança alimentar nutricional e sustentável:
relatório final de monitoria / Camilly Santos Lopes de
Almeida. – Recife, 2025.
26 f.; il.

Orientador(a): Marcony Edson da Silva Júnior.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências do Consumo, Recife, BR-
PE, 2026.

Inclui referências.

1. Segurança alimentar . 2. Direito à alimentação
. 3. Sistema monitorial de educação. 4. Política
pública 5. Consumo. I. Júnior, Marcony Edson da
Silva, orient. II. Título

CDD 640

CAMILLY SANTOS LOPES DE ALMEIDA

**RELATÓRIO FINAL DE MONITORIA DA DISCIPLINA SEGURANÇA ALIMENTAR
NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências do Consumo da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências do Consumo.

Aprovado em: XX/XX/20XX

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcony Edson da Silva Junior (Orientador)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Maria Zênia Tavares da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Maria Alice Vasconcelos Rocha (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Raquel de Aragão Uchôa Fernandes (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar e analisar a experiência de monitoria desenvolvida na disciplina Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, ofertada no curso de Bacharelado em Ciências do Consumo da Universidade Federal Rural de Pernambuco. A monitoria constituiu-se como uma atividade pedagógica fundamental para o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo tanto para o aprofundamento teórico da monitora quanto para o apoio acadêmico aos discentes da disciplina. O relatório apresenta uma revisão de literatura sobre os principais conceitos abordados no componente curricular, com destaque para a Segurança Alimentar e Nutricional, o Direito Humano à Alimentação Adequada, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a insegurança alimentar, a agroecologia e os impactos das políticas públicas antes e após a pandemia de Covid-19. Além disso, descreve as atividades desenvolvidas durante o período de monitoria, incluindo o acompanhamento das aulas, o apoio aos estudantes e a elaboração e aplicação de um questionário reflexivo como instrumento pedagógico. Os resultados obtidos a partir da análise das respostas dos discentes evidenciam uma compreensão crítica dos temas trabalhados, especialmente no que se refere à alimentação enquanto direito humano, às desigualdades sociais e ao papel das políticas públicas na promoção da segurança alimentar. Conclui-se que a experiência de monitoria contribuiu significativamente para a formação acadêmica, ética e cidadã da monitora, ao mesmo tempo em que reforçou a importância da disciplina de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável na formação em Ciências do Consumo, por seu caráter interdisciplinar e por sua conexão direta com os desafios sociais contemporâneos.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Direito Humano à Alimentação Adequada; Monitoria acadêmica; Políticas públicas; Ciências do Consumo.

ABSTRACT

This paper aims to report and analyze the tutoring experience developed in the Sustainable Food and Nutritional Security course, offered in the Bachelor's degree in Consumer Sciences at the Federal Rural University of Pernambuco. Tutoring constituted a fundamental pedagogical activity for strengthening the teaching-learning process, contributing both to the tutor's theoretical deepening and to the academic support for the students of the course. The report presents a literature review on the main concepts addressed in the curricular component, highlighting Food and Nutritional Security, the Human Right to Adequate Food, the National Food and Nutritional Security System, food insecurity, agroecology, and the impacts of public policies before and after the Covid-19 pandemic. Furthermore, it describes the activities developed during the tutoring period, including attending classes, supporting students, and developing and applying a reflective questionnaire as a pedagogical tool. The results obtained from the analysis of the students' responses demonstrate a critical understanding of the topics covered, especially regarding food as a human right, social inequalities, and the role of public policies in promoting food security. It is concluded that the monitoring experience contributed significantly to the academic, ethical, and civic development of the monitor, while also reinforcing the importance of the Sustainable Food and Nutritional Security discipline in Consumer Science education, due to its interdisciplinary nature and its direct connection to contemporary social challenges.

Keywords: Food and Nutritional Security; Human Right to Adequate Food; Academic Tutoring; Public Policies; Consumer Sciences.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Questionário aplicado aos discentes de Ciências do Consumo. 20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OBJETIVOS DA MONITORIA	9
3	REVISÃO DE LITERATURA	10
3.1	SEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITOS, PARÂMETROS E HISTÓRIA	10
3.2	DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: UMA VISÃO HOLÍSTICA	11
3.3	O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	13
3.4	INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DESIGUALDADE E VIOLAÇÃO DE DIREITOS	14
3.5	AGROECOLOGIA	15
3.6	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA	16
4	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	19
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) emerge historicamente como uma resposta à necessidade de garantir a todos os indivíduos o acesso a alimentos de forma digna, segura e saudável. Internacionalmente, sua formulação começou a ganhar destaque a partir da década de 1970, em especial com a Conferência Mundial da Alimentação (1974), que ressaltou a importância da disponibilidade global de alimentos. No entanto, foi apenas nas décadas seguintes que a concepção de SAN passou a incorporar dimensões qualitativas, como o respeito às práticas culturais, à sustentabilidade dos sistemas alimentares e ao direito humano à alimentação adequada.

No Brasil, a SAN foi institucionalizada com a promulgação da Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e define SAN como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

É nesse contexto conceitual que se insere a experiência de monitoria na disciplina Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, ofertada pelo curso de Bacharelado em Ciências do Consumo da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Trata-se de uma atividade de natureza extracurricular, com papel fundamental tanto no aprofundamento dos conhecimentos da aluna-monitora quanto no apoio pedagógico aos estudantes matriculados na disciplina.

Ao longo do período letivo, a monitoria envolveu o acompanhamento das aulas teóricas, a colaboração com a professora responsável na organização dos conteúdos programáticos, na produção de materiais didáticos complementares e, em momentos pontuais, no apoio à elaboração e aplicação de atividades avaliativas. Essa vivência possibilitou uma compreensão mais aprofundada do processo de ensino-aprendizagem no ensino superior, bem como favoreceu o desenvolvimento de competências técnicas e interpessoais.

Além do apoio didático, a monitoria também contribuiu para o aprimoramento de habilidades como a empatia, a escuta ativa e o senso de responsabilidade em sala de aula, especialmente no auxílio aos discentes com dúvidas em relação aos

conteúdos e à dinâmica da disciplina. Como parte das ações desenvolvidas, foi elaborado um questionário reflexivo com o intuito de revisar os temas centrais do componente curricular e estimular uma análise crítica por parte dos alunos sobre a alimentação como direito humano e prática social. A atividade buscou, ainda, promover a articulação entre os conteúdos teóricos da disciplina e a formação em Ciências do Consumo, de forma multidisciplinar.

Dessa forma, este relatório tem como objetivos: (i) apresentar as atividades desenvolvidas ao longo do período de monitoria; (ii) refletir sobre a relevância pedagógica dessa experiência no processo de formação acadêmica e profissional; e (iii) realizar uma breve revisão literária dos principais temas discutidos na disciplina, especialmente no que se refere à SAN enquanto direito fundamental e campo estratégico de políticas públicas.

2 OBJETIVOS DA MONITORIA

Geral:

Promover um ambiente de aprendizagem mais colaborativo, dialógico e crítico, fortalecendo o processo formativo dos discentes e ampliando a articulação entre teoria e prática.

Específicos:

- Estimular à reflexão crítica sobre os temas abordados na disciplina, sobretudo no que tange às dimensões éticas, sociais, culturais e políticas da Segurança Alimentar e Nutricional.

- Apoiar os estudantes no desenvolvimento de suas aprendizagens, por meio da escuta ativa, do esclarecimento de dúvidas e da facilitação do acesso aos conteúdos programáticos da disciplina. Essa mediação buscou contribuir para a superação de dificuldades pedagógicas e para o fortalecimento da autonomia dos discentes no processo de construção do conhecimento.

- Colaborar ativamente com o docente responsável, tanto na organização didática quanto na elaboração e na aplicação de instrumentos avaliativos e materiais de apoio, contribuindo para a efetividade do planejamento pedagógico.

- Incentivar o pensamento crítico, à participação ativa dos discentes e a valorização da interdisciplinaridade no campo das Ciências do Consumo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 SEGURANÇA ALIMENTAR: CONCEITOS, PARÂMETROS E HISTÓRIA

A construção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um processo marcado por disputas políticas, avanços científicos e embates sociais. A noção de segurança alimentar ganhou destaque especialmente após a Primeira Guerra Mundial, quando ficou evidente que a soberania de uma nação também dependia da sua capacidade de produzir e garantir o abastecimento de alimentos (Maluf; Menezes, 1988). A partir de então, consolidaram-se três pilares essenciais: disponibilidade, acesso e continuidade dos alimentos (Vendramini et al., 2012).

Com o tempo, o conceito expandiu-se para além do abastecimento, passando a incorporar preocupações relacionadas à qualidade nutricional, sustentabilidade ambiental, segurança sanitária e respeito à cultura alimentar (Vendramini et al., 2012). No Brasil, a definição consolidada na Lei nº 11.346/2006 destaca que a SAN consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras da saúde e sustentáveis em termos sociais, culturais, econômicos e ambientais (Brasil, 2006).

Além do aspecto legal, a questão alimentar foi impactada pelos processos de industrialização. A produção em larga escala, o uso de aditivos e o crescimento dos alimentos ultraprocessados intensificaram as tensões entre o valor comercial e o valor nutricional dos alimentos (Monteiro, 2012). Essa industrialização, embora facilite a distribuição, compromete muitas vezes a qualidade nutricional dos produtos e amplia desigualdades no acesso à alimentação saudável (Vendramini et al., 2012).

Outro ponto importante é à distinção entre os termos “food security” e “food safety”, ambos traduzidos para o português como “segurança alimentar”. O primeiro refere-se ao acesso a alimentos suficientes e adequados; o segundo à inocuidade dos alimentos, ou seja, à garantia de que não causarão danos à saúde (Araújo, 2007). No Brasil, a junção desses conceitos resultou no termo Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), adotado oficialmente a partir da II Conferência Nacional de SAN, em 2004 (Maluf, 2007).

Internacionalmente, o marco foi a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em 1974 pela FAO, que destacou a fome como violação de direitos humanos e apontou a SAN como componente essencial do desenvolvimento (Belik; Siliprandi, 2011). No Brasil, a institucionalização do conceito avançou com o programa Fome Zero e com a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio da LOSAN (Lei nº 11.346/2006), envolvendo instâncias governamentais e a sociedade civil organizada (CONSEA, 2006).

A história da SAN no Brasil, no entanto, não seguiu uma linha reta. Depois de o país ter deixado o Mapa da Fome da ONU em 2014, a situação de insegurança alimentar piorou bastante a partir de 2016, levando ao retorno ao Mapa da Fome em 2022. Essa piora, que foi acentuada pela crise econômica e pela pandemia de COVID-19, mostrou como as conquistas eram frágeis e reforçou a urgência de se ter políticas públicas mais sólidas e permanentes. Em resposta a esse cenário, a partir de 2023, iniciou-se um esforço de reconstrução institucional. Isso incluiu a volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o reforço do SISAN. A reativação de programas importantes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é vista como um passo fundamental para mudar o quadro de insegurança, pois fortalece a compra de alimentos da agricultura familiar e melhora o abastecimento nas cidades.

Por fim, destaca-se o conceito de soberania alimentar, que surgiu a partir de movimentos sociais como a Via Campesina. Ele defende o direito dos povos de definirem suas próprias políticas de produção e consumo de alimentos, respeitando suas culturas e valorizando a agricultura familiar, em contraposição à lógica imposta por grandes corporações e modelos agroindustriais (Maluf, 2007). Embora não seja reconhecido formalmente pela FAO, esse conceito vem ganhando força nos debates sobre justiça alimentar e autonomia dos povos.

A Segurança Alimentar e Nutricional, portanto, deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que envolve aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais, exigindo uma abordagem interdisciplinar e crítica, como aquela proposta pela formação em Ciências do Consumo.

3.2 DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: UMA VISÃO HOLÍSTICA

O artigo de Fontolan e Lima (2021) propõe uma abordagem multidimensional do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), compreendendo que esse direito transcende a mera ingestão nutricional e envolve dimensões culturais, ambientais, informacionais, de gênero e fisiológicas. Essa perspectiva está alinhada à concepção holística dos direitos humanos, conforme defendido por Valente (2002), que destaca que o DHAA deve considerar os componentes nutricionais, espirituais, culturais e sociais do ato de alimentar-se, refletindo sua indivisibilidade.

Segundo Burity et al. (2010), o DHAA abrange dois aspectos inseparáveis: o direito de estar livre da fome e o direito à alimentação adequada. A fome, como fenômeno complexo e multifacetado, é resultado de processos de exclusão e desigualdade estrutural, não de escassez de alimentos (VALENTE, 2003). Essa visão crítica é reforçada por autores como Ziegler (2012), que denuncia o papel das indústrias agroalimentares na perpetuação da fome por meio da mercantilização da alimentação,

Além disso, o artigo discute como a má-nutrição pode se manifestar tanto por carência quanto pelo consumo excessivo e desequilibrado de nutrientes, sendo este último incentivado por sistemas alimentares industrializados e pelo marketing abusivo (POLLAN, 2008; IDEC/UNICEF, 2019). Os autores também alertam para o avanço dos “desertos alimentares” e “pântanos alimentares” nas periferias urbanas (IDEC, 2019), como barreiras ao acesso à alimentação saudável.

A dimensão de gênero é enfatizada como central na efetivação do DHAA. Fontolan e Lima (2021) apontam que mulheres, especialmente as chefes de família e agricultoras, enfrentam múltiplas formas de discriminação que impactam diretamente seu acesso à alimentação (DE SCHUTTER, 2012). Estudos como os de Bellows e Lemke (2016) e Valente (2019) reforçam que a promoção da equidade de gênero é imprescindível para a superação da insegurança alimentar e nutricional.

A dimensão cultural é tratada com grande profundidade, destacando que o alimento é um bem simbólico, carregado de significados sociais e afetivos (VALENTE, 2019; SIQUEIRA, 2015). O reconhecimento dos hábitos alimentares locais e tradicionais, como o acarajé ou a cajuína, é fundamental para assegurar o respeito à diversidade e à soberania alimentar (SANTILLI, 2015; IPHAN, 2014c).

Já a dimensão informacional revela-se essencial no contexto de um mercado saturado de alimentos industrializados, cujos rótulos e publicidades muitas vezes desinformam ou confundem o consumidor (RUNDALL, 2015; TEIXEIRA, 2017). O

Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014) é citado como ferramenta para fortalecer a autonomia alimentar por meio da educação nutricional.

Por fim, a dimensão ambiental aparece como indispensável, uma vez que a produção de alimentos está diretamente ligada à sustentabilidade dos ecossistemas. O uso intensivo de agrotóxicos, o desmatamento e a emissão de gases do efeito estufa por setores como o agropecuário afetam negativamente o DHAA (FAO, 2006; CONSEA, 2012). A noção de “biografia ambiental dos alimentos” proposta por De Oliveira, Da Cruz e Schneider (2019) propõe um olhar crítico sobre toda a cadeia produtiva, reforçando a importância de sistemas alimentares sustentáveis.

Portanto, o artigo contribui significativamente para os estudos sobre o DHAA ao integrá-lo a uma perspectiva ampliada de direitos humanos e propor uma leitura interseccional que o conecta a temas urgentes como desigualdade, cultura, gênero e meio ambiente.

3.3 O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O DHAA é um direito humano fundamental, garantido por tratados internacionais e pela Constituição Brasileira (art. 6º), exigindo do Estado ações em cinco dimensões: respeitar, proteger, promover, prover e monitorar (BRASIL, 2013). A concepção apresentada segue a interpretação do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (2001), no Comentário Geral nº 12, que define a alimentação adequada como aquela “adequada do ponto de vista nutricional, culturalmente aceita, acessível física e economicamente, e sustentável ao longo do tempo”.

Valente (2002) defende que o DHAA deve ser analisado em suas interfaces culturais, sociais e ecológicas, distanciando-se da ideia de que comer é apenas um ato biológico. Já Pierri (2011) argumenta que garantir esse direito requer combater desigualdades estruturais que impactam o acesso aos alimentos, como o racismo, o patriarcado e a concentração de terras e renda.

A obra também se apoia em autores como Bessis (1998), que discute os direitos sociais como forma de emancipação e dignidade, e Amartya Sen (2000), que vê a fome como resultado de falhas institucionais e não da falta de alimentos. A efetivação do direito humano à alimentação adequada envolve o reconhecimento da

alimentação como um bem simbólico, construído social e historicamente (BRASIL, 2013, p. 9).

Essa perspectiva conecta o DHAA à soberania alimentar (Via Campesina, 2003), conceito que reforça o direito dos povos de decidir sobre sua própria alimentação, produção e cultura.

A LOSAN (Lei n. 11.346/2006) e o SISAN formam a base jurídico-institucional do direito à alimentação no Brasil. A LOSAN define a segurança alimentar e nutricional como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, respeitando a diversidade cultural e promovendo práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2006).

Segundo Belik (2008), a LOSAN representa uma inovação por reconhecer o papel da sociedade civil na construção das políticas públicas de alimentação, institucionalizando o CONSEA como espaço de diálogo entre governo e população.

O SISAN articula órgãos públicos e a sociedade civil por meio de instâncias como CAISAN e os Conselhos de SAN. O documento também remete ao PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – como desdobramento da LOSAN. Essa política é orientada pelos princípios da universalidade, equidade, autonomia, respeito à diversidade cultural e participação social (BRASIL, 2010).

A criação do SISAN está ligada ao reconhecimento do direito à alimentação como responsabilidade pública. Como destaca Schramm (2007), o desafio é superar a fragmentação das ações e garantir a participação social na formulação e controle das políticas.

3.4 INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DESIGUALDADE E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

A insegurança alimentar é uma violação grave de direitos humanos. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é citada como instrumento oficial de mensuração da insegurança nos domicílios brasileiros (IBGE, 2010). A insegurança alimentar é consequência de processos históricos de exclusão, racismo estrutural, desigualdade de renda, urbanização desordenada e desvalorização da agricultura familiar (BRASIL, 2013). De acordo com a FAO (2012), a fome persiste não por falta de alimentos, mas por ausência de acesso a eles.

O texto destaca o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados entre as populações mais vulneráveis, causado pela má distribuição de alimentos saudáveis nos territórios urbanos e rurais, gerando tanto desnutrição quanto obesidade (MONTEIRO et al., 2011).

As mulheres, povos indígenas, quilombolas e moradores de periferias são os grupos mais afetados. Conforme Beghin e Franco (2011), é preciso adotar medidas redistributivas, com participação popular, para garantir equidade alimentar.

A pandemia de COVID-19 não só revelou, mas também agravou de forma intensa a crise de insegurança alimentar no Brasil. Diversos estudos apontam que a paralisação de políticas de proteção social, somada à crise econômica, provocou um aumento rápido e significativo da fome. O Brasil chegou a registrar índices alarmantes de insegurança alimentar grave.

A pesquisa da Rede PENSSAN (2022) mostrou que mais de 33 milhões de brasileiros passaram a enfrentar a fome. Esse número sublinha a necessidade urgente de ações conjuntas entre diferentes setores e a importância de colocar o Direito Humano à Alimentação Adequada como prioridade nacional. A crise sanitária deixou claro que a Segurança Alimentar e Nutricional está intimamente ligada à saúde pública e à proteção social.

3.5 AGROECOLOGIA

A agroecologia é apresentada como uma estratégia estruturante para a promoção do DHAA. Ela se baseia em princípios ecológicos, sociais e culturais, valorizando a agricultura familiar, os sistemas agroalimentares locais e a preservação da biodiversidade.

Para Altieri (2009), a agroecologia busca a sustentabilidade dos sistemas agrícolas, respeitando os ciclos naturais e os saberes tradicionais dos povos do campo, da floresta e das águas. Esse modelo contrasta com a agricultura industrial, baseada em monoculturas, uso intensivo de agrotóxicos e degradação ambiental.

A relevância da agroecologia tem sido reforçada pela sua articulação com políticas públicas de desenvolvimento rural e SAN. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são exemplos de instrumentos que, ao priorizarem a compra de alimentos da agricultura familiar e, em muitos casos, de produção agroecológica, promovem a segurança

alimentar, o desenvolvimento rural e a sustentabilidade. A experiência de vinte anos de compras da agricultura familiar no Brasil, tema de publicações recentes do IPEA (), demonstra o potencial dessas políticas para criar mercados institucionais que valorizam a sociobiodiversidade e a produção sustentável, contribuindo para a resiliência dos sistemas alimentares.

O CONSEA (2013) defende a agroecologia como forma de romper com a lógica da “revolução verde”, criticada por autores como Shiva (2001), que denuncia os impactos desse modelo sobre a soberania alimentar e a autonomia dos povos.

Além disso, o texto destaca políticas públicas que fomentam a agroecologia, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que priorizam alimentos oriundos da agricultura familiar, com produção agroecológica.

3.6 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) representa um dos pilares essenciais para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), estando diretamente vinculada ao desenvolvimento humano, à justiça social e à dignidade da pessoa. O artigo de Mattos, Guerin e Ten Cate (2023) apresenta uma análise situacional da SAN no Brasil, comparando o contexto anterior à pandemia de Covid-19 com os desdobramentos posteriores, revelando uma inflexão significativa no combate à fome e na promoção da justiça alimentar. A metodologia utilizada pelos autores baseia-se em uma revisão bibliográfica qualitativa, com dados abrangendo o período de 2017 a 2021. A análise abarca não apenas o panorama empírico da SAN no país, mas também seu desenvolvimento conceitual e político, ancorado na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e nos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os de número 1 e 2.

A SAN, conforme definida pela LOSAN (BRASIL, 2006), extrapola a mera disponibilidade de alimentos, incluindo critérios como qualidade, acesso permanente, respeito à cultura alimentar, sustentabilidade e autodeterminação dos povos. Essa abordagem evidencia a inseparabilidade entre SAN e DHAA (FIAN BRASIL, 2021),

além de sua articulação com o conceito de soberania alimentar (GRAZIANO, 2010). O artigo defende que a SAN deve ser compreendida como um direito transversal, cuja efetivação depende da articulação intersetorial entre áreas como saúde, assistência social, educação, agricultura e renda. Nesse contexto, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) é destacada como instrumento essencial de monitoramento da SAN (BRASIL, 2014), embora apresente limitações na captação das especificidades culturais e étnicas de determinados grupos populacionais.

Entre 2014 e 2019, o Brasil passou por um período de retrocessos em suas políticas públicas voltadas à SAN. Após sair do Mapa da Fome em 2014, reconhecimento dado pela FAO, o país vivenciou cortes orçamentários, reformas trabalhistas e a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os investimentos públicos em áreas fundamentais como saúde e educação, impactando profundamente a estrutura institucional da SAN (IPEA, 2021; FGV SOCIAL, 2020). A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 2019 marcou simbolicamente esse desmonte, ao enfraquecer o controle social e a participação popular na formulação das políticas alimentares (FREITAS; PINHEIRO, 2020).

Com a pandemia de Covid-19, houve um agravamento expressivo das desigualdades sociais, intensificando a crise da SAN, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. A pandemia não é considerada a causa original da insegurança alimentar, mas funcionou como um catalisador dos retrocessos estruturais já em curso. Os dados apontam que, ao final de 2020, mais de 116 milhões de brasileiros conviviam com algum grau de insegurança alimentar, sendo 19 milhões em situação de fome grave (REDE PENSSAN, 2021). As políticas emergenciais, como o Auxílio Emergencial, mostraram-se ineficientes, tanto pela insuficiência dos valores repassados quanto pela dificuldade de acesso por parte da população mais necessitada. Medidas pontuais, como a distribuição de cestas básicas e a manutenção dos Restaurantes Populares, além de ações de solidariedade civil, amenizaram os impactos, mas não se configuram como políticas públicas estruturais (SILVA et al., 2020).

A crise econômica também influenciou mudanças no padrão alimentar da população, com aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e queda no acesso a alimentos frescos e regionais, impulsionado tanto pela perda de poder aquisitivo quanto pelas estratégias agressivas da indústria alimentícia (MONTEIRO et

al., 2021). Isso contribuiu diretamente para o aumento de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade e hipertensão, que apresentaram crescimento alarmante no país na última década.

O artigo se destaca por sua capacidade de articular conceitos estruturantes da SAN com dados empíricos consistentes e atualizados, oferecendo uma leitura crítica da regressão institucional brasileira no campo da segurança alimentar. Contudo, lacunas importantes são identificadas, como a ausência de uma análise aprofundada sobre a situação de povos indígenas e comunidades tradicionais, que historicamente enfrentam violações ao direito à alimentação, sobretudo em tempos de crise sanitária. Além disso, o texto poderia ser enriquecido com uma perspectiva interseccional mais robusta, que contemplasse os impactos cruzados de gênero, raça, território e classe social na experiência da fome.

A análise crítica das reformas neoliberais que afetaram diretamente o financiamento das políticas de SAN também poderia se beneficiar de um diálogo mais aprofundado com autores como David Harvey (2005) e Marcio Pochmann (2019), contribuindo para uma leitura mais ampla das transformações estruturais que marcaram o país nos últimos anos.

Por fim, o artigo de Mattos, Guerin e Ten Cate (2023) oferece uma contribuição relevante ao debate sobre a SAN no Brasil ao situar historicamente os avanços e retrocessos que moldaram o campo nas últimas décadas. A pandemia escancarou a fragilidade estrutural do sistema alimentar brasileiro e demonstrou que o problema central não é a produção de alimentos, mas o acesso a eles.

A efetividade da SAN depende da garantia de direitos sociais e do fortalecimento de políticas públicas intersetoriais, com participação ativa da sociedade civil. É urgente restabelecer os espaços de controle social, como o CONSEA, reverter os cortes orçamentários e promover políticas de incentivo à agricultura familiar, à alimentação escolar e ao combate à pobreza. Sem essas ações, a erradicação da fome e a concretização do DHAA permanecerão como metas inalcançáveis no horizonte nacional.

4 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Durante o período de vigência da monitoria na disciplina Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, foram realizadas diversas ações voltadas ao fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem, articulando práticas pedagógicas formais com espaços de diálogo e construção crítica do conhecimento. As atividades desenvolvidas abrangeram tanto o acompanhamento das aulas quanto o apoio extracurricular aos discentes, promovendo uma experiência acadêmica integrada.

A participação nas aulas teóricas foi marcada por uma escuta às estratégias metodológicas empregadas pela docente e às reações dos estudantes diante dos conteúdos abordados. Esse acompanhamento permitiu mapear, de forma qualitativa, os principais desafios enfrentados pelos discentes na assimilação dos conceitos fundamentais da disciplina, como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), os marcos legais da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), os sistemas agroalimentares e as relações entre cultura, consumo e identidade alimentar.

Paralelamente ao contexto das aulas, foram promovidos atendimentos e interações em momentos extraclasse, com foco na mediação de conteúdos, no esclarecimento de dúvidas conceituais e no auxílio à organização dos estudos. Esses encontros informais, foram essenciais para consolidar a confiança dos estudantes e fortalecer sua autonomia intelectual diante da complexidade dos temas trabalhados.

Entre as ações pedagógicas desenvolvidas, destaca-se a elaboração e aplicação de um questionário reflexivo, concebido como instrumento avaliativo e formativo. O questionário foi respondido por 13 alunos, e teve como objetivo central revisar os principais conteúdos da disciplina e fomentar uma análise crítica por parte dos estudantes, ao propor questões abertas que exigiam articulação entre teoria e prática. Os temas contemplados incluíram a SAN em sua dimensão multidimensional, os direitos sociais e as políticas públicas de alimentação, além de problematizações sobre a mercantilização do alimento, a influência da indústria alimentar e a soberania alimentar no contexto brasileiro.

A atividade também visou reforçar a importância da disciplina dentro do projeto pedagógico do curso de Ciências do Consumo, evidenciando sua interface com áreas como a sociologia do consumo, a economia política dos alimentos, a comunicação e a educação alimentar. Essa abordagem multidisciplinar foi constantemente incentivada durante os diálogos com os estudantes, demonstrando como os

conhecimentos adquiridos ultrapassam o espaço acadêmico e se conectam com os desafios reais da sociedade brasileira, como o combate à fome, a sustentabilidade dos sistemas alimentares e a justiça social.

Figura 1. Questionário aplicado aos discentes de Ciências do Consumo.

Questionário - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Monitora: Camilly Lopes

1. Defina o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) segundo a abordagem brasileira e aponte dois de seus pilares fundamentais.
2. O que é o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e como ele se diferencia da ideia de acesso à comida?
3. Explique como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) atua na construção de políticas públicas e importância da participação social nesse processo.
4. Como o desenvolvimento econômico pode afetar positivamente ou negativamente o acesso aos alimentos no Brasil?
5. De que maneira a cultura alimentar influencia as escolhas de consumo das famílias e pode gerar situações de insegurança alimentar mesmo quando há disponibilidade de alimentos?
6. Escolha um dos programas públicos de SAN (PAA, PNAE ou PAT) e explique seu funcionamento e impacto social.

7. Qual é a relação entre a globalização alimentar e a soberania alimentar nas sociedades contemporâneas? Você acredita que essa relação é equilibrada? Justifique. Justifique.
8. Cite dois indicadores utilizados para avaliar a situação de segurança alimentar em uma população e explique o que eles revelam.
9. Como a temática da Segurança Alimentar e Nutricional se conecta com a formação em Ciências do Consumo? Reflita sobre como esse conhecimento pode ser aplicado na prática profissional.
10. Quais são os maiores desafios para garantir uma alimentação adequada e sustentável no Brasil atualmente?

Fonte: Autora (2025).

Por fim, cabe ressaltar o papel formativo ampliado da monitoria, não apenas como instrumento de reforço didático, mas como espaço de troca de experiências, construção coletiva de saberes e desenvolvimento de habilidades comunicacionais, críticas e éticas. O contato direto com os estudantes permitiu compreender suas vivências, ampliando a sensibilidade da monitora diante das desigualdades sociais que perpassam o campo alimentar. Assim, a monitoria configurou-se como um exercício de responsabilidade acadêmica e cidadã, alinhada à proposta pedagógica da disciplina e aos princípios que orientam o curso de Ciências do Consumo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do questionário, enquanto atividade complementar da monitoria, foi bem acolhida pelos estudantes da disciplina Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. A estrutura do instrumento, que combinou questões objetivas e subjetivas, favoreceu tanto a revisão conceitual quanto a produção de análises críticas, articulando os conteúdos trabalhados ao longo do semestre com a realidade social e a formação acadêmica dos discentes.

Durante a aplicação do questionário reflexivo, os estudantes apresentaram percepções significativas sobre os temas discutidos em sala. Para esta análise, foram selecionadas as questões cujas respostas se mostraram mais representativas em relação aos conteúdos centrais da disciplina, como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a atuação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), as políticas públicas e a relação com a formação em Ciências do Consumo.

À pergunta “O que é o DHAA e como ele se diferencia da ideia de acesso à comida?”, os alunos destacaram que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) não se refere apenas ao acesso à comida, mas à garantia de uma alimentação de qualidade, adequada, que respeite a cultura alimentar, a sustentabilidade e a dignidade das pessoas. Apenas o acesso físico ao alimento, por si só, não assegura esses aspectos fundamentais.

Quando questionados sobre como o SISAN atua e qual a importância da participação social, os estudantes demonstraram compreender que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional organiza e articula as políticas públicas voltadas à alimentação no país. Enfatizaram ainda que a participação social é essencial para que essas políticas atendam de forma eficaz às demandas reais da população, promovendo inclusão e equidade.

Na questão sobre a escolha de um programa público de SAN e seu impacto, foi citado majoritariamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os estudantes apontaram que ele fortalece a agricultura familiar, amplia o acesso a alimentos mais saudáveis e contribui para a geração de renda no meio rural, beneficiando tanto produtores quanto consumidores.

No que diz respeito à relação entre a SAN e a formação em Ciências do Consumo, os estudantes destacaram que a disciplina possibilitou uma ampliação do

olhar sobre o consumo alimentar. Compreenderam que o ato de consumir alimentos está profundamente relacionado a fatores sociais, econômicos, culturais e políticos, e não se limita a escolhas individuais.

Por fim, ao serem questionados sobre os maiores desafios para garantir uma alimentação adequada no Brasil, as respostas indicaram de forma recorrente apontamentos a desigualdade social, o alto custo dos alimentos saudáveis, a insuficiência de políticas públicas e o avanço do consumo de alimentos ultraprocessados como entraves centrais para a efetivação do direito à alimentação adequada no país.

As respostas evidenciam que os estudantes desenvolveram uma compreensão sólida e crítica dos principais conceitos abordados ao longo da disciplina. Destaca-se, em especial, a apropriação do conceito de DHAA como um direito amplo, que transcende o simples acesso físico ao alimento e se ancora na dignidade, na cultura, na sustentabilidade e na equidade social, diferenciação apontada com clareza por grande parte dos participantes.

O conhecimento sobre o funcionamento do SISAN e de programas como o PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) também se mostrou consolidado, com destaque para a valorização da agricultura familiar e da participação social como pilares para o enfrentamento da insegurança alimentar e a promoção da soberania alimentar.

Outro ponto relevante foi a capacidade dos discentes de relacionarem os conteúdos da disciplina com sua formação em Ciências do Consumo. As respostas demonstram uma leitura crítica sobre o papel das políticas públicas, da cultura alimentar e das desigualdades socioeconômicas nas práticas de consumo alimentar. Essa articulação entre teoria e realidade evidencia o caráter interdisciplinar da disciplina e seu potencial formativo.

Além disso, as reflexões sobre os desafios contemporâneos, como o avanço dos alimentos ultraprocessados, o uso intensivo de agrotóxicos, a ineficácia de políticas públicas e a concentração de renda, revelam um olhar atento ao cenário alimentar brasileiro. Os estudantes compreenderam que a insegurança alimentar não está relacionada apenas à escassez de alimentos, mas a uma estrutura desigual que impede o acesso à alimentação adequada por parcelas significativas da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção, aplicação e análise do questionário representaram, para a monitora, um exercício de escuta qualificada e de mediação do conhecimento. O contato direto com as percepções dos estudantes possibilitou verificar a capacidade dos discentes de mobilizar esses conhecimentos em uma perspectiva crítica.

A monitoria ultrapassou o papel de apoio pedagógico e assumiu uma função de mediação dialógica entre os estudantes, os conteúdos e a prática docente. A escuta ativa e o incentivo à participação foram elementos fundamentais no fortalecimento do pensamento crítico e da autonomia dos alunos.

Essa vivência demonstra o grande potencial das práticas pedagógicas participativas, que reconhecem os estudantes como sujeitos ativos na construção do conhecimento. O uso de instrumentos como o questionário reflexivo demonstrou-se eficaz na consolidação da aprendizagem e na aproximação entre os saberes acadêmicos e os desafios sociais reais.

A experiência como monitora da disciplina Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável representou uma oportunidade valiosa de aprofundamento acadêmico, vivência prática e contribuição direta para o processo de ensino e aprendizagem dos colegas. A monitoria permitiu desenvolver habilidades pedagógicas, ampliar o domínio teórico sobre os temas tratados e, compreender com maior profundidade o papel formativo dessa disciplina no contexto do curso de Ciências do Consumo.

Ao participar das aulas, prestar apoio aos estudantes, auxiliar na organização de atividades avaliativas e propor reflexões por meio do questionário aplicado, foi possível vivenciar de forma concreta a dinâmica de sala de aula e o desafio de estimular o pensamento crítico. Esse tipo de vivência pode ser considerado, uma introdução ao campo da docência, permitindo compreender a importância da mediação do conhecimento, da escuta ativa e da criação de espaços de diálogo com os estudantes. Para aqueles que futuramente desejam atuar com educação, pesquisa ou extensão, a monitoria se constitui como base fundamental para o desenvolvimento dessas competências.

A disciplina em questão, se mostrou significativa dentro da matriz curricular das Ciências do Consumo. Os conteúdos abordados, como o Direito Humano à Alimentação Adequada, a atuação das políticas públicas, os desafios do sistema alimentar, as práticas culturais em torno da alimentação e as desigualdades no acesso

a alimentos de qualidade, dialogam diretamente com os objetivos formativos do curso. Trata-se de um campo de estudo que não apenas contribui para a formação técnica do estudante, mas também para o desenvolvimento de uma consciência ética e cidadã, alinhada aos princípios de justiça social, sustentabilidade e equidade.

Diante da complexidade dos temas envolvidos, é fundamental que os conhecimentos discutidos na disciplina ultrapassem o espaço acadêmico e sejam difundidos amplamente no cotidiano, nos espaços públicos, nas famílias, nas redes sociais e nas decisões de consumo. Entender os determinantes sociais e econômicos da alimentação é um passo essencial para a construção de práticas alimentares mais conscientes, saudáveis e sustentáveis, tanto no plano individual quanto coletivo.

Por fim, agradecimentos ao professor Marcony Júnior, responsável pela disciplina, pela confiança, orientação e incentivo contínuo durante o período da monitoria. Também aos estudantes, pela participação atenta, interessada e dedicada, e à professora Zênia Tavares, sempre disposta a compreender as particularidades de cada aluno e a contribuir da melhor forma possível. A troca de saberes, a escuta e o compromisso com o aprendizado tornaram essa experiência um marco significativo na trajetória acadêmica de todos os envolvidos, reafirmando o valor do engajamento estudantil e da construção coletiva do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- AMARTYA, Sen. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANTUNES, W. F.; SOUZA-ESQUERDO, V. F. Agroecologia na agenda de políticas públicas para a agricultura familiar: tema coadjuvante no Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 15 dez.2025.
- ARAÚJO, Manuel. Safety e Security: conceitos diferentes. *Segurança e Qualidade Alimentar*, n. 3, p. 1–61, nov. 2007.
- ARAÚJO, W. M. C. Segurança alimentar e nutricional: conceitos e aplicações. *Revista de Nutrição*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 1-10, 2007.
- BEGHIN, Nathalie; FRANCO, Simone G. Políticas públicas e segurança alimentar e nutricional no Brasil: avanços e desafios. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 1, p. 185-193, 2011.
- BELIK, Walter. Políticas públicas, pobreza rural e segurança alimentar. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 25-38, 2008.
- BELIK, Walter. Segurança alimentar e políticas públicas: o caso do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 63, p. 143-153, 2008.
- BELIK, Walter; SILIPRANDI, Emma. A alimentação no contexto das políticas públicas. São Paulo: Instituto Pólis, 2011.
- BELIK, Walter; SILIPRANDI, Emma. Segurança e soberania alimentar. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2011.
- BELLOWS, A. C.; LEMKE, S. Gender, nutrition, and the human right to adequate food. *Food and Nutrition Bulletin*, v. 37, n. 4, p. 447–460, 2016.
- BELLOWS, Anne C.; LEMKE, Stefanie. The dimensions of gender and nutrition in the human right to adequate food. *Food and nutrition security: towards the full realization of human rights. Policy in focus. Vol. 16. International Policy Centre for Inclusive Growth – United Nations Program*, 2016. Disponível em: http://www.ipc-undp.org/pub/eng/PIF36_Food_and_nutrition_security.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.
- BESSIS, Sophie. Direitos humanos e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BESSIS, Sophie. Os direitos do homem: uma ideologia em questão. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: avanços e desafios para a sua realização no Brasil. Brasília: CONSEA, 2013.

BRASIL. Direito humano à alimentação adequada. Brasília: CONSEA, 2013.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Diário Oficial da União, Brasília, 18 set. 2006.

BRASIL. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN. Brasília: MDS, 2010.

BRASIL. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CAISAN, 2010.

BURITY, Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no Brasil: 10 anos de conquistas e desafios. Brasília: ABRANDH, 2010.

BURITY, Valéria et al. Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2010.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional: conceitos. Brasília: CONSEA, 2006.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Relatório sobre agrotóxicos e direitos humanos. Brasília, 2012.

DE SCHUTTER, Olivier. Women’s rights and the right to food. Relatório da ONU, 2012.

FAO. Livestock’s long shadow: environmental issues and options. Rome: FAO, 2006.

FIAN BRASIL. Informe: O DHAA e a COVID-19. Brasília: FIAN Brasil, 2021.

FONTOLAN, Maria Vitória; LIMA, Romilda de Souza. Direito humano à alimentação adequada: uma visão holística. *Faz Ciência*, v. 23, n. 37, p. 79-107, jan./jun. 2021.

FREITAS, C.; PINHEIRO, A. A desestruturação do sistema de SAN no Brasil. *Revista Saúde em Debate*, v. 44, p. 46–58, 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IDEC; UNICEF. Publicidade infantil e rótulos de alimentos: um estudo com pais e filhos. São Paulo, 2019.

IPEA. Nota Técnica: Impactos da EC 95 sobre a Seguridade Social. Brasília: IPEA, 2021.

IPHAN. Ofício das Baianas de Acarajé: registro como patrimônio cultural do Brasil. Brasília: IPHAN, 2014.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTEIRO, Carlos A. et al. Nova classificação dos alimentos baseada na extensão e propósito do processamento. Cadernos de Saúde Pública, v. 26, n. 11, p. 2039–2049, 2010.

PIERRI, Nalu Farenzena. Direito humano à alimentação adequada e justiça social no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, n. 76, 2011.

POLLAN, Michael. O dilema do onívoro: a história natural de quatro refeições. São Paulo: Intrínseca, 2008.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia. 1. ed. São Paulo, 2021.

RUNDALL, Bruce. Food marketing: a barrier to healthy eating. Geneva: Consumers International, 2015.

SANTILLI, Juliana. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2015.

SCHRAMM, Fermin Roland. Bioética da Proteção: uma nova forma de pensar os direitos humanos? Revista Bioética, Brasília, v. 15, n. 1, p. 65-76, 2007.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
SIQUEIRA, Adriana. Direito humano à alimentação adequada: interfaces culturais e socioambientais. Curitiba: Appris, 2015.

TEIXEIRA, Luiz Fernando de Faria. Rotulagem de alimentos transgênicos e a informação do consumidor. Revista de Direito do Consumidor, v. 116, p. 137-150, 2017.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. A construção do conceito do direito humano à alimentação adequada. Caderno de Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, v. 10, n. 1, p. 91-109, 2002.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. Direito humano à alimentação: desafios e conquistas. In: FONSECA, A. B. L. (Org.). Segurança alimentar e nutricional no Brasil: produção, acesso e consumo sustentável. Brasília: MDS, 2019.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck; BEGHIN, Nathalie. Realização do direito humano à alimentação adequada no Brasil: avanços e desafios. Brasília: Abrandh, 2006.

VENDRAMINI, Ana Lucia do Amaral et al. Segurança alimentar: conceito, parâmetros e história. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói: ANINTER-SH/PPGSD-UFF, 2012.

VIA CAMPESINA. Soberania alimentar: um direito dos povos. 2003. Disponível em: <https://viacampesina.org/>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ZIEGLER, Jean. Destruição em massa: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2012.